



DIA INTERNACIONAL DA MÃE TERRA

MANIFESTO POR UMA ECONOMIA DO BEM VIVER

**Em defesa:
Dos Direitos da Terra, dos Povos ao Território.**

“Desejamos assumir, a cada dia, as alegrias e esperanças, as angústias e tristezas do povo brasileiro, especialmente das populações das periferias urbanas e das zonas rurais – sem terra, sem teto, sem pão, sem saúde – lesadas em seus direitos.”

Papa Francisco (EG 191) ao citar o Documento “Exigências Evangélicas e éticas de Superação da Miséria e da Fome”, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil



A cultura do encontro”, em contraponto à “cultura da exclusão”, do “descartável”, da “globalização da indiferença”, é a proposta do papa Francisco. Entre os pilares para a cultura do encontro, coabitam a política e a economia que, quando orientadas ao bem comum, trabalham a serviço da dignidade da pessoa humana e da natureza (LS 189, EG 241).

Lamentavelmente a caminho oposto à cultura do encontro, o Brasil localiza-se sob a liderança de um governo divisionista, servidor de uma economia da exclusão que estimula a violência, e por isso propulsor de políticas que negam direitos fundamentais à dignidade humana, e que assume o dogma de crescimento totalitário, ganancioso e irresponsável – com todas as suas violências classistas, machistas, racistas e imperiais.

O Governo Federal, sequestrado pelo capital financeiro estrangeiro e seus princípios da maximização do lucro, despreza a ciência e a vacinação em um contexto epidêmico que ultrapassa diariamente a morte de quatro mil brasileiras e brasileiros pela Covid-19. Mais do que nunca, o mito de que a liberdade do mercado promoverá segurança e estabilidade é desvelado pela pandemia que, de encontro, força mobilizações coletivas. “O mercado, por si mesmo, não garante o desenvolvimento humano integral nem a inclusão social” (LS 109).

O papa Francisco, na carta de abertura do *Encontro Economia de Francisco*, clama a “corrigir os modelos de crescimento incapazes de garantir o respeito pelo meio ambiente, o acolhimento da vida, o cuidado da família, e equidade social, a dignidade dos trabalhadores e os direitos das gerações vindouras”. Se refletido desde o contexto sociopolítico brasileiro, o imperativo do sumo pontífice pede daquelas e daqueles que comungam de seu chamado uma urgente aliança.

Ao responder o chamado de realmar a economia desde uma conversão ecológica e integral, junto com as comunidades e povos, o presente manifesto reafirma a necessidade urgente de indicar caminhos de transformações concretas para o acesso à terra, teto e trabalho e para garantir a autonomia e Bem Viver dos povos em seus territórios.

COMPROMISSO 1

DESINVESTIMENTO EM MINERAÇÃO COMO COERÊNCIA ÉTICA PARA O CUIDADO DA CASA COMUM

O modelo mineral brasileiro é primário-exportador, o que significa que ele é pensado – prioritariamente – para a exportação de minérios, e de forma intensiva. O ritmo de exploração não é ditado por necessidades do povo, mas pelo lucro das empresas transnacionais e de seus acionistas que, ao leiloar a Mãe Terra e o futuro, transformam em *commodities* a vida das próximas gerações. A mineração, e aqueles que investem nas atividades extrativistas, se encarregam de promover lucros por meio da especulação simplesmente para garantir sua busca interminável de acumulação do capital.

“Querida Amazônia”, exortação apostólica pós-sinodal escrita por papa Francisco, denuncia a depreciação de “projetos econômicos de extração, energia, extração de madeira e outras indústrias que destroem e poluem. São atividades que ignoram os impactos ambientais causados nos territórios e na vida dos povos” (cf. QA 49). A mineração polui rios, lagoas e destrói a agricultura local; além de acabar com as culturas e tradições dos povos originários.

A expansão das economias extrativistas, considerada por governos e setores econômicos como o motor do desenvolvimento dos países, contrasta fortemente com os impactos sociais, ambientais, culturais e econômicos impostos às comunidades e aos povos que habitam os territórios onde operam estes empreendimentos. “Enquanto o nosso sistema econômico produza uma só vítima e exista uma só pessoa descartada, não haverá uma festa de fraternidade universal” (cf FT 110).

A mineração é um dos braços do sistema econômico vinculado a uma lógica ocidental fragmentada, que se orienta pela dominação da natureza. Como exemplos das consequências da máxima extrativista, temos os crimes ocorridos com os rompimentos das barragens em Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais. Ambas foram

causadas pela extração acelerada dos bens minerais, do monitoramento precário das estruturas dos empreendimentos e do controle frágil dos órgãos públicos, que deveriam fiscalizar as mineradoras para evitar danos irreparáveis aos territórios onde são instalados seus projetos.

Quase em totalidade, a atividade extrativista no continente latinoamericano ocorre para “satisfazer os mercados no Norte industrializado, sem preocupar-se pelos danos locais que produzem”, pontua o papa Francisco na encíclica *Laudato Si* (LS 51). Temos como exemplo a contaminação com mercúrio na extração minerária do ouro ou com o dióxido de enxofre na do cobre.

Os danos e violações da mineração se repetem em todo o continente latinoamericano: contaminação do ambiente e dos cursos d’água, aumento da incidência de doenças (especialmente respiratórias), grande desigualdade social, infraestrutura precária nos municípios, aumento da violência e da exploração contra as mulheres. A mineração é um dos setores no Brasil que mais mata, mutila e “enlouquece” trabalhadores. Os impactos ambientais e sociais desse modelo são irreversíveis. E os lucros das empresas seguem extraordinários. Não há um único lugar no Brasil, nem na América Latina, onde a mineração tenha produzido o tão alardeado desenvolvimento. Por onde passa deixa o rastro de dor, contaminação, destruição e morte.

A MINERAÇÃO É UM DOS SETORES NO BRASIL QUE MAIS MATA, MUTILA E “ENLOUQUECE” TRABALHADORES. OS IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DESSE MODELO SÃO IRREVERSÍVEIS.

É verdade que as comunidades resistem e defendem seus territórios e planos de vida de muitas maneiras; pedem a aliança de vários atores, nos mais diversos contextos. Uma estratégia de mobilização assumida.

Manifesto por uma economia do Bem Viver, contribuir e animar a Campanha de Desinvestimento em Mineração. A iniciativa deseja incidir nos lucros das empresas, forçando para transições energéticas, que não impactem os territórios e respeitem o direito ao Bem Viver dos povos que se nutrem na terra. Quem financia a destruição da Mãe Terra e a morte de seus povos? O sistema financeiro através dos bancos comerciais, fundos de pensão e carteiras de investimentos sustentam o modelo exploratório extrativista que viola cotidianamente direitos humanos e ambientais. Igrejas, movimentos populares e sociais, universidades e organizações que defendem a vida devem buscar alternativas financeiras que estejam coerentes a sua missão também no campo econômico. Essa é a proposta apresentada pela Campanha de Desinvestimento em Mineração divestinmining.org.

COMPROMISSO 2

RECONHECIMENTO E INSTITUIÇÃO DE MECANISMOS DE GARANTIA E PROTEÇÃO DO DIREITO À TERRA, AO TERRITÓRIO E O SABER ANCESTRAL

As Comunidades Pesqueiras, no norte de Minas Gerais, são perseguidas e expulsas de seus territórios por jagunços. São perseguições que se constata em outras realidades brasileiras. Soma-se a destruição dos rios causada pela contaminação da mineração, como já ocorreu em Barcarena (PA), em Brumadinho e em Mariana (MG). O ataque à permanência das comunidades pesqueiras nos seus territórios também se dá através de mudanças legislativas, que permitem a privatização dos mares e a destruição dos Mangues.

Vítimas de uma economia de larga escala, especialmente no setor agrícola e turístico, são forçados a deixar suas terras e abandonar as suas culturas tradicionais (LS 129). Percebem o ecossistema loteado e destruído por empreendimentos de aquicultura em vários pontos do litoral brasileiro, capitaneados pelo agronegócio e o hidronegócio. “Às vezes, para que haja uma liberdade econômica da qual todos realmente se beneficiem, pode ser necessário pôr limites àqueles que detêm maiores recursos e poder financeiro”, orienta o Papa Francisco (LS 129).

É dever do poder público promover a segurança da posse das comunidades tradicionais, incluindo as pesqueiras, através de uma abordagem política e jurídica. Logo, faz-se urgência a votação do Projeto de Lei 131/2020 que “institui o reconhecimento e mecanismos de garantia e proteção do direito ao território de comunidades tradicionais pesqueiras e o procedimento para a sua identificação, demarcação, delimitação e titulação». Diante das violações de direitos sofridas pelos povos e comunidades, é urgente uma segurança territorial que garanta às comunidades pesqueiras e seus membros a proteção e promoção de seus modos de criar, fazer e viver.



Em 2020, cerca 116,8 milhões de pessoas tiveram algum grau de insegurança alimentar no Brasil. Isso significa que aproximadamente 55,2 % dos domicílios brasileiros tiveram alguma dificuldade de acesso à alimentação adequada. E quem coloca o alimento na mesa dos lares brasileiros é a agricultura familiar e camponesa, ainda que com menos insumos e incentivos de políticas públicas. No Brasil, o cultivo de alimentos a partir dos pequenos produtores, envolve cerca de 4,4 milhões de famílias rurais e é responsável por gerar renda para 70% dos brasileiros no campo. Cerca de 80% de todo o alimento do planeta vem desse tipo de produção.

EM 2020, CERCA 116,8 MILHÕES DE PESSOAS TIVERAM ALGUM GRAU DE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL.

Por isso, é urgente a votação do [Projeto de Lei \(PL\) 823/21](#) que institui medidas emergenciais de amparo a agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da emergência de saúde pública relacionada à Covid-19". O PL 823 foi inspirado na [Lei 14.048/20 \(PL 735/20\)](#), que tratava de medidas de amparo durante a pandemia para as pessoas que trabalham na agricultura familiar e camponesa. A Lei foi aprovada pelo Congresso Nacional em agosto de 2019, mas vetada quase integralmente pelo presidente Jair Bolsonaro.

Ressaltamos ainda que nos dois primeiros anos de governo Bolsonaro houve um aumento significativo dos conflitos no campo. Segundo dados da [Comissão Pastoral da Terra](#), o ano de 2019 ficou marcado pelo aumento de conflitos pela água, violência contra povos indígenas e o maior número de violência no campo em 14 anos. Ainda assim, a resistência dos povos, a partir dos seus territórios, não arrefeceu. Neste mesmo ano, as manifestações em denúncia às violências cometidas pelo atual governo aumentaram cerca de 142% em relação aos anos anteriores.

Convocamos todas as forças vivas a se manifestarem neste *Mutirão pela Vida*, em favor dos direitos da Terra, das Águas, das Florestas, dos Povos, e na defesa da Amazônia e sua biodiversidade, pela agricultura familiar e camponesa e saberes ancestrais, respeito à autonomia das populações tradicionais, inclusive suas lutas em defesa de e seus territórios.

Brasil, 22 de abril de 2021

ASSINAM O MANIFESTO

COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA A AÇÃO SOCIOTRANSFORMADORA
MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS
CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES
REDE JUBILEU SUL BRASIL
ARTICULAÇÃO BRASILEIRA DA ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA
FÓRUM NACIONAL PERMANENTE EM DEFESA DA AMAZÔNIA
CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
REDE IGREJAS E MINERAÇÃO
REGIÃO EPISCOPAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
ARTICULAÇÃO DAS PASTORAIS DO CAMPO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL AMBIENTAL EM DEFESA DO RIO FORMATE E SEUS AFLUENTES
ASSOCIAÇÃO GRUPO CULTURAL MODJUMBA AXÉ
CAJUEIRO CENTRO DE FORMAÇÃO, ACESSORIA E PESQUISA EM JUVENTUDE
CÁRITAS BRASILEIRA
CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL PARANÁ
CÁRITAS DIOCESANA DE TEÓFILO OTONI
CARITAS PAROQUIAL DONA ENRICA MINNINI
CÁRITAS TOCANTINÓPOLIS
CEBI ANGRA / CEBS
CEBI ESTADUAL DE RONDÔNIA
CENTRO DE ESTUDO BÍBLICO
CENTRO DE ESTUDOS BÍBLICOS
CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL.
CNLB GUARAPUAVA - PR
CNLB TEOFILO OTONI
COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ
COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ -DIOCESE DE MACAPÁ
DIRETÓRIO ESTADUAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES EM RORAIMA
EURIDES ALVES DE OLIVEIRA
FONSANPOTMA - PARÁ
FORUM CHICO PREGO
GRITO DOS/DAS EXCLUÍDOS/AS NACIONAL
IGREJA METODISTA NO BELÉM
IGREJA POVO DE DEUS EM MOVIMENTO
INSTITUTO AFRO BRASILEIRO IMACULADA CONCEIÇÃO - PÁ
INSTITUTO REDE SOLIDÁRIA BERÇO DAS ÁGUAS
JUVENTUDE FRANCISCANA
MINHA FAMÍLIA
NÚCLEO ESPERE PESQUEIRA
PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO DE ITACAMBIRA
PASTORAIS SOCIAIS - DIOCESE DE JOINVILLE
PASTORAL DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR - REGIONAL NORDESTE 1, CEARÁ
PASTORAL DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR
PASTORAL DA PESSOA IDOSA
PASTORAL DA SAÚDE CNBBSUL1
PASTORAL DA SOBRIEDADE
PASTORAL DOS MIGRANTES - CURITIBA
PASTORAL FAMILIAR DA DIOCESE DE RORAIMA
PASTORAL OPERÁRIA - ES
PASTORAL OPERÁRIA NACIONAL
REDE SOLIDÁRIA BERÇO DAS ÁGUAS
SIGNIS BRASIL
CEBS SÃO JOSE DO RIO PRETO
GRUPO POLÍTICA E RELIGIÃO
PADRE RINO BONVINI E O MOVIMENTO SAÚDE MENTAL COMUNITÁRIA
ARTICULAÇÃO COMBONIANA DE DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO DOMINICANA DE JUSTIÇA E PAZ DO BRASIL
PROVÍNCIA FREI BARTOLOMEU DE LAS CASAS - FRADES DOMINICANOS
CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DE FORMOSO DO ARAGUAIA - TO
AÇÃO FRANCISCANA DE ECOLOGIA E SOLIDARIEDADE
MOVIMENTO CATÓLICO GLOBAL PELO CLIMA

REALIZAÇÃO

ARTICULAÇÃO DAS
**PASTORAIS
DO CAMPO**



RENSER | Região Episcopal
Nossa Senhora do Rosário



Em defesa:
Dos Direitos da Terra, Dos Povos ao Território.

